

PSICOLOGIA ANALÍTICA PÓS-JUNGUIANA COMO ALTERNATIVA ÀS DIFERENÇAS DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO MORAL¹

Matheus Estevão Ferreira da Silva^{2 3}, Orcid <https://orcid.org/0000-0002-2059-6361>

Carla Chiari^{4 5}, Orcid <https://orcid.org/0000-0002-4292-7563>

Priscila Caroline Miguel^{4 6}, Orcid <https://orcid.org/0000-0003-1499-9196>

Patrícia Unger Raphael Bataglia^{4 7}, Orcid <https://orcid.org/0000-0002-2575-3020>

RESUMO. A teoria do desenvolvimento moral de Lawrence Kolberg foi acusada de androcentrismo e sexismo por Carol Gilligan, que argumentou que as mulheres partem de uma estrutura de raciocínio moral distinta dos homens: a ética do cuidado. Contudo, ao justificar o porquê das diferenças de gênero, Gilligan subsidiou-se na Psicanálise, a qual a levou ao determinismo psíquico e ao binarismo de gênero. Diante disso, por meio de revisão bibliográfica, este artigo propõe uma nova interpretação emancipatoriamente feminista sobre essas diferenças, com base na Psicologia Analítica pós-junguiana. Revisitou-se a justificativa de Gilligan, comparando-a às prerrogativas junguianas, em especial pós-junguianas, e essa última pode ser amparada por pesquisas que inferem não haver predominância de gênero nas estruturas morais. Este artigo, por um lado, critica o posicionamento inicial de Gilligan, que na época foi interpretado como essencialista, mas reconhecendo sua própria evolução teórica: em seus estudos posteriores, a autora refinou suas ideias, enfrentando e desfazendo a armadilha essencialista que se criou em torno de sua obra. Por outro lado, resgatando a contribuição da Psicologia pós-junguiana e oferecendo uma alternativa à fundamentação na Psicanálise por Gilligan, conclui que a Ética da Justiça e a Ética do Cuidado podem compor o patrimônio moral de homens e mulheres, sem distinção ou relação de predominância segundo o gênero, apontando assim para a necessidade de utilizar-se dessa abordagem no campo da Psicologia Moral.

Palavras-chave: Desenvolvimento moral; diferenças de gênero; psicologia analítica.

POST-JUNGIAN ANALYTICAL PSYCHOLOGY AS AN ALTERNATIVE TO GENDER DIFFERENCES IN MORAL DEVELOPMENT

ABSTRACT. Lawrence Kohlberg's theory of moral development was accused of androcentrism and sexism by Carol Gilligan, who argued that women start from a moral reasoning framework distinct from men, the Ethics of Care. However, in justifying why gender differences exist, Gilligan drew on Psychoanalysis, which led her to psychic determinism and gender binarism. Therefore, by means of a literature review, this article proposes a new, emancipatorily feminist interpretation of these differences, based on post-Jungian Analytical Psychology. Gilligan's justification was revisited and compared to Jungian, and especially post-Jungian, prerogatives, and the latter can be supported by research that infer there is no gender predominance in moral structures. This article, on the one hand, criticizes Gilligan's initial position, which at the time was interpreted as essentialist, but acknowledges her own theoretical evolution: in her later studies, the author refined her ideas, confronting and dismantling this essentialist trap that had been created around her work. On the other hand, it recovers the contribution of post-Jungian psychology and offers an alternative to Gilligan's psychoanalytic foundation, it concludes that the Ethics of Justice and the Ethics of Care

¹ Editor de seção: Saulo Luders Fernandes

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília e Campus de Assis, Marília-SP, Assis-SP, Brasil.

³ E-mail: matheus.estevao2@hotmail.com

⁴ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília-SP, Brasil.

⁵ E-mail: carlachiarl@hotmail.com

⁶ E-mail: priscilacarolinemiguel@gmail.com

⁷ E-mail: patricia.bataglia@unesp.br



can compose the moral heritage of men and women, without distinction or relation of predominance according to gender, thus pointing to the need for using this approach in the field of Moral Psychology.

Keywords: Moral development; gender differences; analytical psychology.

PSICOLOGÍA ANALÍTICA POST-JUNGUIANA COMO ALTERNATIVA A LAS DIFERENCIAS DE GÉNERO EN DESARROLLO MORAL

RESUMEN. La teoría del desarrollo moral de Lawrence Kolberg ha sido acusada de androcentrismo y sexismo por Carol Gilligan, quien argumentó que las mujeres parten de una estructura de razonamiento moral distinta a la de los hombres: la ética del cuidado. Sin embargo, al justificar las razones de las diferencias de género, Gilligan se basó en el psicoanálisis, lo que la condujo al determinismo psíquico y al binarismo de género. Por lo tanto, a través de una revisión bibliográfica, este artículo propone una nueva interpretación feminista emancipadora de estas diferencias, basada en la Psicología analítica postjunguiana. Se revisó la justificación de Gilligan, comparándola con las prerrogativas junguianas, especialmente las postjunguianas, y estas últimas pueden sustentarse en investigaciones que sugieren que no existe predominio de género en las estructuras morales. Este artículo, por un lado, critica la postura inicial de Gilligan, que en su momento se interpretó como esencialista, pero reconoce su propia evolución teórica: en sus estudios posteriores, la autora refinó sus ideas, confrontando y desmantelando la trampa esencialista que se había tendido en torno a su obra. Por otro lado, recupera la contribución de la psicología postjunguiana y ofrece una alternativa a la fundamentación psicoanalítica de Gilligan, concluye que la ética de la justicia y la ética del cuidado pueden formar parte del patrimonio moral de hombres y mujeres, sin distinción ni relación de predominio según el género, señalando así la necesidad de utilizar este enfoque en el campo de la Psicología Moral.

Palabras-clave: Desarrollo moral; diferencias de género; psicología analítica.

Introdução

Em trabalho pioneiro e vanguardista, retratado no livro *In a different voice (Uma voz diferente*, na tradução para o português) (Gilligan, 1982), algumas das teorias psicológicas do desenvolvimento foram denunciadas por Carol Gilligan, acusando-as de conservarem um viés masculinizante: são ‘androcêntricas’ e ‘sexistas’⁸. Essa obra, importante para os estudos de moralidade e os estudos feministas e de gênero, foi realizada com base em três pesquisas desenvolvidas pela autora na década de 1970, com uma amostra composta predominantemente por mulheres.

Das teorias denunciadas, a principal delas foi a teoria do desenvolvimento moral de Lawrence Kohlberg (2017), autor com quem trabalhou durante anos. Gilligan (1982) argumentou que a teoria de Kohlberg não estaria adequada para avaliação das mulheres, pois elas partem de uma estrutura de raciocínio moral que prioriza o cuidado e bem-estar do outro, a ética do cuidado, ao passo que os homens partem de uma estrutura de justiça, a ética da justiça, para a qual a teoria estaria exclusivamente voltada.

Contudo, ao tentar justificar o porquê dessas diferenças no desenvolvimento moral entre os gêneros, isto é, argumentar sobre o caminho supostamente dissidente tomado pelas mulheres em relação aos homens, Gilligan subsidiou-se na leitura de Nancy Chodorow (1991), da Psicanálise. Entre as teorias que acusa de serem androcêntricas e sexistas, encontra-se Freud e a Psicanálise, aliás, autor que Gilligan diz merecer destaque por suas assertivas que projetaram a experiência masculina como norma para a teorização sobre a moralidade. Assim, controversamente, Gilligan fundamenta-se no referencial psicanalítico e, não obstante, na leitura Chodorowiana da obra de Freud. Consideradas uma leitura fragmentada – a de Chodorow – e uma interpretação que naquele

⁸ O sexismo é a discriminação baseada nas diferenças entre os gêneros, homens e mulheres, enquanto o androcentrismo reside na base do sexismo, “[...] consiste em considerar o homem como centro do universo, único apto a governar, a determinar leis e a estabelecer justiça” (Ribeiro & Pátaro, 2015, p. 158) e que leva, portanto, ao sexismo e outras formas de discriminação.

contexto ainda se encontrava em formação⁹ – a de Gilligan –, ambas levaram Gilligan ao determinismo psíquico e ao binarismo de gênero.

A interpretação de Gilligan (1982) sobre as diferenças de gênero fortalece o binarismo masculino-feminino, pois postula que existem características inatas às mulheres e, ainda, com a Psicanálise, de que são um destino, gerando-se uma compreensão essencialista. Sua teorização, pelo menos a que provém exclusivamente de seu livro de 1982, deixa lacunas para uma interpretação de potencial crítico às desigualdades de gênero e inclusiva à diversidade de gênero. Diante disso, valendo-se da revisão bibliográfica como procedimento metodológico, objetiva-se, neste artigo, propor uma nova interpretação sobre as diferenças de gênero no desenvolvimento moral, tomando por base a psicologia analítica junguiana. Compromete-se com essa interpretação estar em consonância com um projeto emancipatório feminista.

O texto do artigo foi organizado de acordo com a sequência que a discussão produzida tomou. Primeiro, são apresentadas as críticas de Gilligan às teorias psicológicas do desenvolvimento, enfocando as interpretações sobre as diferenças de gênero geradas pelas teorias de Piaget e Kohlberg no que tange ao desenvolvimento moral e a argumentação da autora sobre a ética do cuidado, sua interpretação sobre as diferenças de gênero.

Em seguida, revisitou-se a justificativa de Gilligan sobre o desenvolvimento moral ocorrer de forma diferente em homens e mulheres, que, para isso, então, se fundamenta na Psicanálise. A autora faz uso das ideias de Nancy Chodorow (1991) sobre a influência das relações parentais e do Complexo de Édipo na formação da identidade de gênero, que seria a causa das diferenças encontradas.

Por último, compara-se essa interpretação à prerrogativa analítica junguiana (Jung, 2016, 2017). As primeiras formulações de Carl Gustav Jung (1875-1961), contudo, mostraram-se também problemáticas para a proposição de uma nova interpretação sobre as diferenças de gênero que seja coerente com um projeto emancipatório feminista e que concorra com a de Gilligan, preenchendo as lacunas que esta deixou, pois, assim como a autora, ele recai no essencialismo do binarismo de gênero. Esse problema só pôde ser resolvido recorrendo-se a algumas leituras mais atuais desse ponto da teoria de Jung (McKenzie, 2006; Moraes, 2017; Aufranc, 2018), nas quais se revisa a teoria despidendo os conceitos de *Anima* e *Animus* de seu viés cultural e de padrões rígidos.

Como contribuição deste artigo, erige-se a interpretação de que, no tocante às diferenças de gênero no desenvolvimento moral, o feminino e o masculino habitam em ambos os gêneros dentro da psique humana, sob a leitura junguiana de *anima* e *animus*, aspectos existentes no inconsciente coletivo da humanidade. Essa nova interpretação, proporcionada pela revisão da Psicologia Analítica, possibilita percorrer um caminho diferente dos propostos por Piaget, Kohlberg e por Gilligan, inferindo que não há distinção ou predominância de gênero nas estruturas de justiça e cuidado do raciocínio moral. Não obstante, essa interpretação também é amparada por pesquisas do campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral (Derry, 1989; Sengupta et al., 1994; Kuhnen, 2015) que ressaltam que não há diferenças de gênero nas estruturas de raciocínio moral.

Androcentrismo e sexismo das teorias psicológicas: Carol Gilligan e a ética do cuidado

Nos últimos dez anos ouvi pessoas falarem sobre moralidade [...], cinco anos pra cá, comecei a ouvir uma distinção nessas vozes, dois modos de falar sobre problemas morais, dois modos de relatar o relacionamento entre o outro e o eu [...]. Contra o pano de fundo das descrições psicológicas de identidade e desenvolvimento moral que eu interpretei e ensinei por muitos anos, as vozes das mulheres soavam distintas. Foi então que comecei a observar os problemas recorrentes ao interpretar o desenvolvimento das mulheres e associar esses problemas com a reiterada exclusão das mulheres dos estudos teorizantes críticos da pesquisa psicológica (Gilligan, 1982, p. 11).

Com estas palavras, a psicóloga estadunidense Carol Gilligan inicia a discussão sobre uma voz diferente na moral, tornando-se referência para os estudos de moralidade e estudos feministas e de gênero.

⁹ Several of the ideas presented in *A Different Voice* have been revised and expanded by Gilligan (2023) over the years, adding new insights to the landscape of his thought that were lacking or not yet fully developed in 1982 (Silva, 2025).

Uma voz diferente retratou um trabalho de pesquisa pioneiro, disruptivo e que ainda, posteriormente, serviria de vanguarda para a emergência de uma corrente intelectual feminista, o Feminismo da Diferença. Embora não estivesse atenta à variável gênero inicialmente, Gilligan (1982) investigou, em três pesquisas: 1) a concepção sobre moralidade em adultos; 2) o desenvolvimento moral; e 3) o papel do conflito moral nesse desenvolvimento, partindo-se da abordagem Kohlberguiana.

Kohlberg (2017) resgata o trabalho do epistemólogo suíço Jean Piaget (1994), nos campos da cognição e moralidade, fundamentando-se nele para propor uma continuação do que Piaget (1994) delineia no livro *O juízo moral na criança*, publicado em 1932: o autor nova-iorquino propõe que a trajetória do desenvolvimento moral, do mesmo modo como ocorre no modelo de desenvolvimento cognitivo piagetiano, dá-se a partir da evolução de estágios.

Em seu livro, Piaget (1994, p. 23) pesquisou a gênese e o desenvolvimento do juízo moral: “[...] toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras [...]”, o qual resulta na compreensão sobre as tendências morais heteronomia e autonomia. Anos depois, Lawrence Kohlberg deu continuidade a este estudo de Piaget.

Mesmo que concordasse com Piaget, Kohlberg (2017) considera que o caminho do desenvolvimento moral é mais longo e complexo do que o autor predecessor propôs. O desenvolvimento moral é baseado na justificação de diferentes pontos de vista, além de acontecer numa progressão qualitativa e hierárquica, como da heteronomia à autonomia na compreensão de Piaget, ele também se apresenta distribuído, e mais precisamente, em três níveis e seis estágios, nos quais o tipo de raciocínio de um estágio superior inclui o raciocínio do inferior.

De acordo com Kohlberg (2017), o primeiro nível moral é chamado de pré-convencional, constituído pelos estágios 1 e 2, em que o valor moral se encontra em fatores externos, no poder de quem introduz a regra, por meio de punições e recompensas. O segundo nível, o convencional, referente aos estágios 3 e 4, expressa conformidade às regras e procura manter a ordem social vigente. O terceiro e último nível, o pós-convencional, concerne aos estágios 5 e 6, em que a lei ou o discurso vigente só é considerado legítimo quando alcança seu dever em garantir o cumprimento dos direitos das pessoas, rompe-se com o contexto sociolegal baseando-se na consciência de direitos constituídos nos princípios éticos universalizáveis. Assim, a estrutura da moralidade centra-se na justiça (Silva, 2020, 2021).

No período em que Gilligan passou a atuar junto de Kohlberg em pesquisa, ela começou a trabalhar com dilemas morais reais e, em decorrência do contexto estadunidense do início da década de 1970, utilizou-se do aborto como tema para esses dilemas, como suas palavras expressam:

[...] em 1973, ano em que a Suprema Corte dos EUA legalizou o aborto, deu-se às mulheres uma voz decisiva em uma escolha que a Corte agora considerava legítima. Resumindo meu estudo, concentrei-me na decisão das mulheres de continuar ou abortar uma gravidez. Eu estava totalmente cega para a variável gênero na época, mas o que começou como um estudo envolvendo homens se tornou um estudo com mulheres (Gilligan, 2011, p. 15, tradução nossa)¹⁰.

Gilligan (1982) concluiu que as mulheres eram excluídas dos estudos e pesquisas do campo da psicologia do desenvolvimento realizadas até então. Para ela, os autores e suas respectivas teorias conservavam um viés masculinizante, isto é, assumiam a experiência masculina como regra (androcentrismo) e qualquer diferença que aparecesse entre as mulheres e os homens na trajetória do desenvolvimento era “[...] em geral considerada como significando um problema no desenvolvimento das mulheres” (sexismo) (Gilligan, 1982, p. 11).

No livro, a autora trata das três pesquisas que realizou com uma amostra predominantemente feminina, sendo uma delas com mulheres grávidas sobre a temática do aborto. Gilligan (1982) adverte que a teoria de Kohlberg não estaria adequada para avaliação das mulheres, pois elas

¹⁰ “[...] in 1973, the year the U.S. Supreme Court legalized abortion, giving women a decisive voice in a choice the court now deemed legitimate. I resumed my study, focusing on the decision of whether to continue or abort a pregnancy. I was totally blind to gender at the time, but what started as a study involving men became a study with women”.

partem de uma estrutura de raciocínio moral que prioriza o cuidado e bem-estar do outro, que denomina de Ética do Cuidado (*Ethic of Care*), ao passo que os homens partem de uma estrutura de justiça, a qual a teoria de Kohlberg estaria voltada. Assim, o problema estaria na teoria e não nas mulheres.

O fato é que as pesquisas de Kohlberg levaram a entender que as mulheres apresentam um desempenho inferior ao dos homens no desenvolvimento. Gilligan atribui essa formulação a um problema na teoria, tanto metodológico, uma vez que as amostras de pesquisa iniciais do autor, referentes à tese de doutorado, eram constituídas por um público totalmente masculino (84 meninos brancos de classe média e idade entre 10, 13 e 16 anos), quanto teoricamente, ao se elaborar um desempenho inferior por parte das mulheres.

As críticas de Gilligan foram revolucionárias para a produção de pesquisas na época, reverberando-se da psicologia para outras áreas do conhecimento. Tais críticas foram adotadas pelas teorizações feministas, que ainda se institucionalizavam nas Universidades naquele período – a partir da década de 1970. A teoria de Gilligan, proveniente de *Uma voz diferente*, foi interpretada como de *standpoint* (ou perspectivista) feminista, além de ter sido apropriada por um grupo de feministas que a utilizaram como uma das principais referências para a proposição do chamado ‘Feminismo da Diferença’, corrente intelectual que “[...] defende a existência de diferenças entre homens e mulheres, mas assume que as características feministas são de valor (inclusive valor societal) superior” (Nogueira, 2017, p. 34).

Desdobrada de suas críticas, a teoria do cuidado, ou teoria da ética do cuidado, foi continuada por Gilligan (2011, 2023) junto de outras autoras e autores, tais como Joan Tronto (2018), Eva Skoe (2016) e outras(os), que apoiavam suas ideias sobre o desenvolvimento das mulheres. Passados quarenta anos desde a publicação de *Uma voz diferente*, as ideias de Gilligan continuam atuais, sendo ainda discutidas na pesquisa científica, nacional e internacionalmente (Silva, 2020, 2021).

A justificativa e explicação que Gilligan (1982) forneceu para o desenvolvimento de homens e mulheres tomarem um caminho diferente, no entanto, seguiram controversas e problemáticas na literatura. Entre os principais pontos criticados do trabalho da autora, encontra-se a relação que estabelece com a Psicanálise e as diferenças de gênero que serão tratadas a seguir.

Imergindo na argumentação de Gilligan: Psicanálise e as diferenças de gênero

Segundo Freud (2016), o Complexo de Édipo ocorre quando a criança está na fase fálica do desenvolvimento psicosssexual e descobre ser alvo de várias proibições. Nesse momento, no menino, o Complexo de Édipo se desenvolve por meio de um investimento objetal para com a mãe e sua relação com o pai é de identificação. O pai é visto como um obstáculo aos desejos incestuosos do menino pela mãe, e tal relação de identificação passa a ser hostil e predomina o desejo de livrar-se do pai e ocupar seu lugar junto à mãe. O complexo de Édipo encerra-se com a instauração da lei e formação da instância psíquica ‘superego’. Com o medo da ‘castração’, o menino abandona o desejo incestuoso, identificando-se com a lei do pai: a

[...] autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego, e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal (Freud, 2016, p. 104).

Essa questão leva Freud à compreensão de que seu pensamento binarista epositor não mais se sustenta, motivo pelo qual ele vai buscar novos modos de pensar a sexualidade feminina que não sejam pautados pelo modelo masculino.

Assim como Freud, Nancy Chodorow (1991) explicita que a formação da identidade e da personalidade do sujeito acontece já nos primeiros anos da infância. Portanto, as relações parentais infantis e o Complexo de Édipo, na perspectiva psicanalítica, são os principais implicadores das diferenças de gênero¹¹. Essas diferenças “[...] na formação da personalidade que, segundo Chodorow, acontecem no início da infância, surgem em meados da infância nos estudos dos jogos infantis” (Gilligan, 1982, p. 19). É importante mencionar que Chodorow é uma psicanalista

¹¹ Vale ressaltar que a Psicanálise ortodoxa de Freud não trabalha necessariamente com a noção de gênero.

estadunidense e que, muito embora ela se baseie na teoria freudiana, suas formulações seguem um percurso próprio obviamente influenciado pela utilização norte-americana da Psicanálise.

Contudo, em *Uma voz diferente*, antes de subsidiar-se nas assertivas psicanalíticas para justificar sua interpretação sobre as diferenças de gênero no desenvolvimento moral, Gilligan (1982) direciona fortes críticas à teoria de Freud. Quando aborda a “[...] tendência dos teóricos desenvolvimentistas a projetar a imagem masculina” (p. 16), a autora encabeça Freud na listagem desses teóricos, ressaltando que ele “[...] elaborou sua teoria do desenvolvimento psicosssexual em torno das experiências da criança masculina que culminam no complexo de Édipo [...]”, e que a versão feminina do Complexo de Édipo, o Complexo de Electra, “[...] parece assustadora às mulheres” (p. 16).

O Complexo de Electra¹² refere-se ao fenômeno correspondente do Complexo de Édipo, porém que é vivenciado pelas meninas na fase psicosssexual fálica. No caso, o primeiro desejo (investimento objetal) das meninas não é em relação ao pai, e sim em relação à mãe, como nos meninos, somente depois voltando-se ao pai e, da mesma forma que nos meninos, encerra-se com a instauração da lei proibitiva do incesto e a instalação do superego no aparelho psíquico da criança.

Na década de 1920, Freud lutou para solucionar as contradições contrapostas à sua teoria pelas diferenças na anatomia feminina e a diferente configuração dos primeiros relacionamentos familiares da menina. Após tentar o ajustamento das mulheres à sua concepção masculina, vendo-as como invejosas do membro que lhes faltava, veio, ao contrário, a reconhecer uma diferença no desenvolvimento na força e persistência dos apegos pré-edípicos das mulheres às suas mães. Ele considerou essa diferença no desenvolvimento das mulheres como responsável pelo que via como falha no desenvolvimento das mulheres (Gilligan, 1982, pp. 16-17).

Para Gilligan (1982, p. 17), Freud, ao indicar a formação do Superego como consequência do medo e ansiedade da castração, considerou as mulheres como “[...] privadas pela natureza do ímpeto de uma completa solução edípica. Por conseguinte, o superego das mulheres estava prejudicado: ele jamais era tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como o exigimos que seja nos homens”. Com base nesta observação de que o nível edípico das mulheres é diferente do dos homens, Gilligan (1982, pp. 257-258) cita Freud (1925), que conclui que as mulheres “[...] mostram menos senso de justiça que os homens, que elas são menos prontas a sujeitar-se às grandes exigências da vida, que elas são mais frequentemente influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade”.

Após a caracterização das assertivas de Freud sobre o desenvolvimento das mulheres e de tecer críticas a elas, Gilligan (1982) recorre à releitura de Nancy Chodorow (1991) sobre a Psicanálise para fundamentar sua argumentação, tentando justificar e explicar o porquê de existirem diferenças no desenvolvimento moral entre os gêneros e do suposto caminho tomado pelas mulheres que as leva à ética do cuidado, em detrimento do desenvolvimento dos homens e de sua ética da justiça.

Gilligan (1982, p. 17) salienta que Chodorow (1991), em suas análises, argumenta que a identidade de gênero, aspecto constitutivo da formação da personalidade, é “[...] com rara exceção, firme e irreversivelmente estabelecida para ambos os sexos, na época em que uma criança tem cerca de três anos”. Então, como ressaltado, as relações parentais na infância, notadamente o complexo de Édipo, implicam o modo como homens e mulheres serão ao longo da vida e como se desenvolverão, numa clara assunção das diferenças de gênero como destino.

Para Chodorow (1991), a dinâmica interpessoal da formação da identidade de gênero é diferente para meninos e meninas, como consequência de crianças de ambos os gêneros terem como principal cuidador, pelo menos nos três primeiros anos de vida, apenas um dos gêneros: a figura feminina, geralmente, a mãe. Assim, a formação de identidade ocorre a partir do relacionamento da criança com seu(sua) cuidador(a), em que:

[...] as mães tendem a vivenciar suas filhas como mais parecidas com elas, e delas inseparáveis. Por isso mesmo, as meninas, ao se identificarem como femininas, sentem-se como suas mães, fundindo, com isso, a experiência de apego com o processo de formação da identidade. Por outro lado, ‘as mães vivenciam

¹² Embora a autora adote essa nomeação em nome da Psicanálise freudiana, ela não se verifica nos textos originais de Freud.

seus filhos como o contrário masculino', e os meninos, ao se definirem como masculinos, separam suas mães de si mesmos, diminuindo, assim, 'o seu amor primário e o senso de vínculo empático' (Gilligan, 1982, pp. 17-18, grifo nosso).

Gilligan (1982), citando Chodorow (1991), adverte novamente sobre o preconceito masculino da teoria psicanalítica e interpreta as diferenças de gênero nas experiências iniciais infantis pós-edípicas não como danosas ao desenvolvimento das mulheres, mas, pelo contrário, "[...] as meninas saem desse período com uma base para 'empatia' inserida na sua definição primária do eu, de um modo que não acontece com os meninos" (Gilligan, 1982, p. 18). Logo, as meninas dispõem de um aparelho psíquico mais propício para sentir as necessidades ou os sentimentos de outros(as) como seus próprios, bem como para pensar que alguém está assim sentindo as necessidades e os sentimentos de outrem. Ademais, as meninas:

[...] não se definem em termos da negação dos modos relacionais pré-edípicos no mesmo grau que o fazem os meninos. Portanto, a regressão a esses modos tende a não parecer tanto uma ameaça básica a seus egos. Desde muito cedo, pois, dado que são cuidadas por uma pessoa do mesmo gênero, as meninas vêm a sentir-se como menos diferenciadas que os meninos, como mais contínuas e relacionadas com o mundo objetal externo, e também como diferentemente orientadas ao seu mundo objetal interior (Gilligan, 1982, p. 18).

Seguindo essa interpretação, os relacionamentos são, de fato, vivenciados por mulheres e homens diferentemente. Na formação da identidade de gênero dos meninos, a separação da mãe – ou da figura feminina que exerce essa função –, tal como visto no Complexo de Édipo, é fundamental para a masculinidade, ao passo que na de meninas não depende da separação da mãe: "[...] uma vez que a masculinidade define-se através da separação enquanto a feminilidade define-se através do apego, a identidade de gênero masculina é ameaçada pela intimidade, ao passo que a identidade de gênero feminina é ameaçada pela separação" (Gilligan, 1982, p. 18).

Seria a partir disso que os homens tenderiam a apresentar dificuldades com relacionamentos interpessoais em relação às mulheres, ao passo da constatação de Freud sobre o senso de justiça 'prejudicado' das mulheres. Tal como expõe Montenegro (2003, p. 500):

O fato de nessa fase [até os três anos] o contato mais próximo da criança ser principalmente com mulheres proporciona uma dinâmica interpessoal própria. Simplificando, pode-se dizer que a menina, por se sentir mais identificada com a mãe, vivencia sentimentos de proximidade com ela, o que propicia o desenvolvimento de uma identidade de gênero que funde o apego à identidade pessoal. Quanto aos meninos, a vivência da proximidade com a mãe, ou com a figura feminina mais próxima, ao contrário, leva-os a definir sua identidade de gênero com a separação da mãe de si mesmos, diminuindo, com isso, a ênfase no vínculo empático e aumentando os sentimentos de diferenciação.

Essa interpretação de Gilligan (1982), subsidiando-se em Chodorow (1991), sobre as diferenças de gênero, contudo, tem sido criticada, tanto por autores(as) do campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral (Lourenço, 2006) quanto dos estudos feministas e de gênero (Montenegro, 2003; Nogueira, 2017). Por isso, a justificativa e a explicação fornecidas por Gilligan para o que constatou empiricamente seguiram controversas e problemáticas.

Duas dessas controvérsias, intimamente ligadas, referem-se ao 1) binarismo de gênero (essencialismo), no qual Gilligan inevitavelmente recai ao postular que existem características *inatas* às mulheres e faz isso a partir de uma teoria que ela própria critica, mesmo que de uma releitura que não contesta essa primeira controvérsia; e, conseqüentemente, ao 2) determinismo psíquico (inatismo), afastando-se de elaborar uma crítica própria aos fundamentos da psicologia do desenvolvimento moral.

Sobre fazer uso da Psicanálise, Lourenço (2006, p. 206, grifo do autor) ressalta que

Não é sem uma ponta de ironia que [serviu-se] de um estereótipo desde há muito denunciado como apelando para uma diferença sem sentido entre homens e mulheres: que ao estatuto 'expressivo' da mulher, se contrapõe o estatuto 'instrumental' do homem.

Em outras palavras, essa controvérsia fica evidente ao se observar que Gilligan (1982) critica o determinismo e o viés masculinizante de Kohlberg, mas usa a Psicanálise, também determinista e masculinizante, para justificar suas críticas ao autor e sua constatação empírica.

Além disso, sendo a interpretação de Gilligan, por sua vez, associada ao pensamento do Feminismo da Diferença, seu argumento de que mulheres são mais propensas ao cuidado, ao passo que homens são para a razão – e por isso partem de estruturas de raciocínio moral distintas – foi lido como essencialista: aponta para a existência de uma essência masculina e feminina, ou seja, de um modo primário, natural, universal ou imutável de ser homem e ser mulher. Por essa razão, a interpretação da autora, pelo menos na forma como foi recebida em 1982, e o próprio Feminismo da Diferença, ao qual foi associada, são rechaçados pelas demais vertentes teóricas feministas, sobretudo as mais atuais, fundamentadas no pós-estruturalismo e perspectivas interseccionais, como o Feminismo Negro (Nogueira, 2017). Sendo assim, a crítica de Gilligan compromete-se, de fato, com um projeto emancipatório feminista, pois denuncia o androcentrismo e sexismo da Psicologia e respectivas teorias, porém, abre margem para uma interpretação diferente da intenção original da autora, a qual, por sua vez, possibilita a difusão de ideias essencialistas sobre moralidade e gênero.

No tocante ao determinismo psíquico, Montenegro (2003) ressalta que Gilligan, por fazer ampla referência aos argumentos da Psicanálise, quer seja da releitura de Nancy Chodorow da Psicanálise, afastou-se da elaboração de uma crítica própria aos fundamentos da Psicologia do Desenvolvimento Moral. Mesmo na perspectiva feminista de Chodorow (1991), a explicação da suposta maior propensão das mulheres para o cuidado é quase ‘natural’. Logo, também por se fundamentar na Psicanálise, sua interpretação possibilitou a difusão de explicações essencialistas que supervalorizam nas mulheres o cuidado ou o altruísmo, mesmo que essa não tenha sido a intenção inicial de Gilligan.

Assim, manteve-se a dicotomia razão/emoção kantiana, trazida ali como justiça/cuidado, só que, ao contrário de Kohlberg, valorizando o cuidado “[...] em benefício das mulheres. A dicotomia não foi alterada porque não houve questionamento de seus fundamentos, utilizando-se como uma possibilidade para a análise a incorporação de aspectos da compreensão psicanalítica do fenômeno da diferença” (Montenegro, 2003, p. 500). Fica evidente, portanto, a fragilidade de uma leitura e a interpretação incompleta da autora sobre a teoria psicanalítica freudiana, bem como que essa foi uma escolha teórica problemática para o que pretende propor e defender.

É preciso salientar que, embora em 1982 Gilligan não tenha elaborado essa crítica aos fundamentos das próprias teorias que critica, ela o faz nos anos seguintes a *Uma voz diferente*. Silva (2020, 2021) ressalta que isso não é devidamente reportado na literatura, que se restringe ao que é tratado em seu livro de 1982, como se o pensamento da autora se mantivesse o mesmo desde então. Em seu livro mais recente, *In a human voice*, publicado 40 anos depois de sua obra mais famosa, Gilligan (2023) reflete sobre a evolução de seu pensamento ao longo dessas quatro décadas, “[...] esclarecendo aquilo que não foi dito e que faltava em seu trabalho quando foi publicado pela primeira vez em 1982” (Silva, 2025, p. 3).

A maioria desses estudos subsequentes resulta do *10 year Harvard Project on Women's Psychology and girls' development*, um Programa de Pesquisa liderado por Gilligan (2023) que a fez revisar e expandir seu pensamento sobre diversas questões, inclusive às diferenças de gênero e ao suposto essencialismo que as suas ideias assumiriam. Mesmo que tenha deixado claro, já na introdução de seu livro de 1982, que “[...] a voz diferente que eu defino caracteriza-se não pelo gênero, mas pelo tema” (Gilligan, 1982, p. 12), ela foi ouvida como uma voz ‘feminina’, entendimento que prevaleceu na época, sendo que se tratava, na verdade, de uma voz ‘humana’. Assim, controversamente, seu trabalho foi incorporado dentro da própria estrutura de poder que buscava questionar: “[...] me levando para uma armadilha [essencialista] da qual levei anos para me livrar” (Gilligan, 2023, p. 107, tradução nossa).

A partir do *10 year Harvard Project*, estudando meninas em transição para a adolescência, a autora descreve esse período como um divisor de águas: confrontadas com uma cultura patriarcal que bifurca as qualidades humanas em masculino ou feminino e as hierarquiza, as meninas são forçadas a abrir mão de sua identidade autêntica, levando ao silenciamento de suas próprias vozes e a duvidarem de seu próprio conhecimento (Silva, 2025). Assim,

[...] o patriarcado leva o ser humano a separar-se de partes de si mesmo, seguindo um processo, 'que toma emprestado da Psicanálise', chamado dissociação, em que mulheres e homens desligam-se de atributos (que são comuns a ambos) de acordo com o que é esperado de seu gênero: por exemplo, mulheres são orientadas ao cuidado e homens à justiça (Silva, 2025, p. 2, grifo nosso).

Gilligan (2023) reconhece que seu pensamento estava incompleto naquela época e só pôde sair dessa armadilha adicionando os *insights* provenientes de suas pesquisas com meninas: “[...] não se trata de dizer que meninas e meninos são diferentes, mas que meninas e meninos precisam se apresentar de certas maneiras para serem considerados homens e mulheres de verdade” (Silva, 2025, p. 3).

Ainda que Gilligan tenha atualizado a sua interpretação de 1982 (Gilligan, 2023) e inclusive ainda recorrendo à Psicanálise, ou mesmo que outras leituras e revisões mais atuais da Psicanálise também possam ‘atualizar’ esta interpretação – revisões que até têm sido empreendidas dentro dos próprios estudos feministas e de gênero na abordagem psicanalítica (Butler, 2017) –, o presente texto propõe trabalhar com uma interpretação subsidiada na Psicologia Analítica, também por mostrar muito potencial diante de um quadro de constatações dissidentes às de Piaget, Kohlberg e Gilligan (Derry, 1989; Sengupta et al., 1994; Kuhnen, 2015).

Psicologia Analítica pós-junguiana como alternativa à compreensão das diferenças de gênero

Nesta última seção, propõe-se uma nova interpretação para as diferenças de gênero no desenvolvimento moral, concorrente à de Gilligan baseada na Psicanálise, subsidiando-se na Psicologia Analítica junguiana (Jung, 2016, 2017) e pós-junguiana (Mckenzie, 2006; Moraes, 2017; Aufranc, 2018).

Umas das maiores resistências da Psicanálise à teoria junguiana centralizou-se no conceito de arquétipo, que são herdados geneticamente dos ancestrais de um grupo de civilização, etnia ou povo. Os arquétipos não são memórias coesas e ‘palpáveis’ no contexto ou definição clássica de memória, mas são o conjunto de informações inconscientes que motivam o ser humano a acreditar ou dar crédito a determinados tipos de comportamento. Os arquétipos correspondem ao conjunto de crenças e valores comportamentais básicos do ser humano. Assim, podem se manifestar nas crenças religiosas, mitológicas ou no comportamento inconsciente do indivíduo (Jung, 2016).

Após o rompimento com Freud, Jung (2017) se debruçou nos conceitos de *anima* e *animus*, em que explica a relação dos aspectos femininos e masculinos que existem em cada ser humano: a *anima* (lat., ‘alma’), que é o lado feminino inconsciente da personalidade do homem; e o *animus* (lat., ‘espírito’), o lado masculino inconsciente da personalidade da mulher.

Ao se conscientizar disso, Jung (2017) constatou em suas análises que todas as pessoas carregam em sua psique uma ‘contraparte’ sexual, a *anima* (se homem) ou o *animus* (se mulher). Jung percebeu também, que conforme os traços psicológicos de cada indivíduo, as tendências do gênero oposto vão sendo reprimidas e se acumulando no inconsciente.

Todo homem carrega dentro de si a imagem da mulher, não a imagem desta ou daquela mulher em particular, mas uma imagem feminina [...] fundamentalmente inconsciente, um fator hereditário [...], uma impressão ou ‘arquétipo’ de todas as experiências ancestrais da mulher; um sistema herdado de adaptação psíquica. O mesmo se aplica à mulher: ela também tem sua imagem inata do homem. Chamei isso de *anima* e *animus* (Jung, 2017, p. 198, tradução nossa, grifo nosso)¹³.

Todavia, considerando o projeto de emancipação feminista no qual as vertentes mais atuais do Feminismo se baseiam, McKenzie (2006, p. 407, tradução nossa)¹⁴ aponta que “[...] seria fácil descartar a contribuição de Jung para o pensamento contemporâneo de gênero, concentrando-se em sua escrita de gênero culturalmente tendenciosa que reivindica características inerentes de

¹³ “Every man carries within him the eternal image of woman, not the image of this or that particular woman, but a definite feminine image [...] fundamentally unconscious, an hereditary factor [...], an imprint or ‘archetype’ of all the ancestral experiences of the female, a deposit, as it were, of all the impressions ever made by woman – in short, an inherited system of psychic adaptation. The same applies to woman: she too has her innate image of man. I have called this *anima* and *animus*”.

¹⁴ “It would be easy to dismiss Jung’s contribution to contemporary gender thinking by focusing on his culturally biased gender writing that claims inherent gender characteristics linked to biological sex”.

gênero ligadas ao sexo biológico”. Dessa forma, uma interpretação sobre as diferenças de gênero no desenvolvimento moral baseada na teoria junguiana, tal como o próprio autor elaborou, levaria a mesma problemática da interpretação de Gilligan, emancipatoriamente feminista até certo ponto, em virtude do essencialismo na assunção acrítica e ahistórica de identidades binárias e excludente à diversidade.

Segundo Brabo (2015, p. 111), o feminismo pode ser caracterizado tanto como “[...] um movimento social, com uma ideologia de libertação das mulheres, quanto como uma teoria crítica do sexismo (discriminação de sexo baseada na ideologia da inferioridade da mulher), da visão androcêntrica de mundo e da dominação masculina”. Desde seu surgimento, várias foram as teorias feministas formuladas, que podem ser aglutinadas em ‘vertentes’ considerando suas ideias e fundamentações epistemológicas, o que ocasiona Feminismos, no plural.

Entre essas vertentes, encontra-se o Feminismo Da Diferença, que se apropriou indevidamente da teoria de Gilligan (1982), e algumas mais atuais como o feminismo pós-estruturalista e o feminismo queer, ambos com o pós-estruturalismo como fundamento epistemológico em comum. Como mencionado, essas vertentes rechaçam a interpretação essencialista feita a partir do trabalho de Gilligan de 1982 e o próprio Feminismo da Diferença, e isso por dois principais motivos: pois: 1) apresentam posicionamentos conflitantes; e, surgindo temporalmente depois, 2) sobrepõem-se em termos de adesão e demanda social¹⁵.

No Feminismo da Diferença, o projeto de emancipação feminista está no reconhecimento do ‘direito à diferença’, admitindo-se diferenças próprias às mulheres, como a propensão ao cuidado defendida por Gilligan, que devem ser alvo de respeito e valor. Já nos feminismos pós-estruturalista e queer, reitera-se o caráter construído da diferença, no qual a emancipação está no reconhecimento de que as identidades de gênero são construídas e fluídas, “[...] estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação” (Louro, 1997, p. 27), assim como as identidades sexuais, mas que não competem neste artigo.

A sobreposição desses feminismos acontece por, tendo surgido e se consolidado depois do primeiro, hoje terem aderência maior nas teorizações e estudos feministas, em termos quantitativos, e pelas demandas reivindicatórias atuais, sob influência do movimento LGBT¹⁶, que expandem a compreensão de identidade, reconhecendo-se a diversidade de gênero, dissidente ao binarismo homem-mulher, como possibilidade identitária. É por esses dois fatores que se pode dizer que as ideias desses feminismos se destacam e representam o pensamento feminista contemporâneo de gênero.

Assim, sabido esse projeto de emancipação contemporâneo, ressalta-se que os conceitos de *anima* e *animus* de Jung “[...] nos levam a uma armadilha de ordem linear, de identidades fixas, simetrias andróginas e arquétipos herdados de maneira diferenciada com base na anatomia sexual, uma brecha na universalidade do inconsciente coletivo” (Mckenzie, 2006, p. 407).

Há, de fato, uma mudança mais progressista da interpretação inicial de Gilligan (1982), baseada na Psicanálise – em que qualquer dissidência aos modelos masculino e feminino é taxada como um problema de desenvolvimento no Complexo de Édipo –, para a compreensão de Jung sobre as diferenças de gênero, pois sua teoria “[...] permite que ambos os gêneros residam em um indivíduo” (Mckenzie, 2006, p. 407). Porém, ainda segundo Mckenzie (2006, p. 407), o problema surge em razão da teoria “[...] postular a apropriação do gênero contrassexual para o inconsciente. Os conceitos de *Anima/Animus* de Jung não podem explicar a experiência transgênero com a reversão dos pontos de partida e a fluidez das atrações sexuais”.

Dessa forma, assume-se que pessoas do sexo biológico masculino têm como ponto de partida (consciente) a masculinidade, ao passo que sua feminilidade reside no arquétipo inconsciente *Anima*, à medida que pessoas do sexo biológico feminino partem da feminilidade e têm sua masculinidade no arquétipo inconsciente *Animus*, e nunca o contrário. Pessoas

¹⁵ Tem-se ciência de que não há consenso em dizer que essas vertentes se sobrepuseram à anterior, uma vez que os Feminismos coexistem (Nogueira, 2017), mas é inegável a posição emergente em que se encontram.

¹⁶ Sigla mais usual para representar a diversidade sexual e de gênero, população referida em sua totalidade com a sigla LGBTQIAPN+, que inclui lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários, etc.

transgênero, por exemplo, identificam-se, e algumas desde muito cedo, com o referencial do gênero oposto ao que é atribuído ao seu sexo biológico, o que não pode ser contemplado nessa teorização de *anima/animus*. Por isso, McKenzie (2006, p. 407) a considera “[...] terrível para o nosso tempo. Vivemos em uma era de realidades emergentes, não fixas, e estamos começando a valorizar a exibição aberta de masculinidade e feminilidade em ambos os gêneros”.

Em acordo a McKenzie (2006), Moraes (2017) assevera que por mais que Jung perceba que o psiquismo visa à integração equilibrada do masculino e feminino, o que já é uma teorização revolucionária e muito à frente de seu tempo, os conceitos *anima* e *animus* foram desenvolvidos dentro do contexto patriarcal no qual ele mesmo estava imerso em que, na época, outras possibilidades identitárias eram impensáveis. E o problema da teoria é justamente esse de pressupor que, na consciência do homem,

[...] estariam plenamente desenvolvidos e adaptados os valores coletivos da masculinidade, assim como na mulher todos os valores do feminino, estariam plenamente desenvolvidos e adaptados. O fato é que na prática isso não se comprova. Essa concepção deriva de uma cultura machista e sexista (Moraes, 2017, p. 7).

Logo, Aufranc (2018, p. 20) reitera a necessidade de despirmos os “[...] conceitos de *Anima* e de *Animus* de seu viés cultural e de padrões rígidos, podemos compreender que o arquetípico se expressa nas mais diferentes polaridades, no feminino e no masculino, na alma e no corpo, dentro e fora de nós”.

Assim, o ‘essencialismo parcial’ cometido por Jung – parcial, pois permite certa pluralidade de gênero, mas que ainda assim recai no binarismo essencialista –, e que atravessa os conceitos de *anima* e *animus*, não os invalida, apenas exige uma revisão e adequação à contemporaneidade, como pontuam McKenzie (2006), Moraes (2017), Aufranc (2018): “[...] é responsabilidade dos junguianos contemporâneos se engajar em uma revisão da teoria de gênero de Jung que nos livraria do pensamento restritivo de *anima/animus* e permitiria oferecer uma contribuição junguiana ao pensamento de gênero” (McKenzie, 2006, p. 417, tradução nossa)¹⁷. Trata-se de algo semelhante ao que ocorreu com Gilligan (1982), que precisou refinar suas ideias iniciais e expandi-las (Gilligan, 2023) – sem necessariamente fazer concessões, mas sim complementá-las –, para escapar da armadilha essencialista na qual sua teoria havia sido enredada.

De fato, há configurações psíquicas de *anima* e *animus* tal como coloca Jung, mas não se pode desconsiderar outras possibilidades, tão aparentes hoje. A revisão da teoria implica dois movimentos: primeiro, considerar a possibilidade de *anima* e *animus* serem constelados tanto em homens quanto em mulheres, em que o inconsciente pode se manifestar de formas diferentes; e, segundo, considerar uma expansão do ego (consciente), não mais apenas masculino ou feminino (Moraes, 2017).

De outra forma, pode-se dizer que esta mudança não é apenas no inconsciente coletivo, nos arquétipos *anima* e *animus*, mas também no ego, com a integração de masculino e feminino no consciente, em que, por exemplo, uma pessoa do sexo masculino pode partir do gênero que é atribuído culturalmente ao sexo oposto (o gênero feminino) e, a partir disso, ter sua masculinidade no arquétipo *animus*, bem como dispor tanto de *anima* quanto de *animus* como arquétipos de seu inconsciente.

McKenzie (2006) ainda referencia alguns dos autores e autoras estadunidenses pioneiros na revisão desse ponto da psicologia analítica junguiana: na década de 1970, James Hillman, que flexibilizou a teoria quanto à multiplicidade e simultaneidade dos arquétipos na psique de ambos os gêneros; e June Singer, que, em maior contato com as teorizações feministas daquele período, atualizou a teoria quanto à diversidade de gênero, inserindo o conceito de ‘androginia’. No entanto, a revisão aqui feita aproxima-se mais do trabalho de Christopher Hauke (McKenzie, 2006), já a partir de 1990, que abriu a discussão da teoria com o pós-estruturalismo.

Portanto, o problema do essencialismo parcial da teoria junguiana pode ser solucionado revisando-a de modo a adequá-la ao projeto de emancipação do pensamento feminista

¹⁷ “it is the responsibility of contemporary Jungians to engage in a revision of Jungian gender theory [...] would unburden us of the confining A/A thinking and allow us to offer a Jungian contribution to gender thinking”.

contemporâneo de gênero, notadamente ao pensamento dos feminismos pós-estruturalista e queer. Assim, pode-se argumentar, agora, sobre o porquê de homens e mulheres apresentarem desempenhos diferentes no desenvolvimento moral, como constata Gilligan (1982), em nova interpretação sobre essa ocorrência.

Segundo a revisão aqui apresentada, *anima* e *animus* são arquétipos comuns a todos os indivíduos. A masculinidade e a feminilidade podem se distribuir inconscientemente, independentemente do sexo biológico ou da identidade de gênero que uma pessoa assume, da mesma forma que conscientemente. Logo, *anima/animus* vai ao encontro da compreensão pós-estruturalista de gênero – uma vez que se revisou a teoria para isso –, em que as identidades fluem livremente, dispõem de traços de personalidade sem qualquer tipo de impedimento ou restrição. Essa compreensão junguiana, e isso desde a formulação original do autor, rompe com a necessidade de coerência entre sexo/gênero (Silva & Brabo, 2016; Nogueira, 2017).

Se mulheres apresentam um desempenho diferente dos homens no desenvolvimento moral e se isso se deve à aderência a uma estrutura de raciocínio moral que preza o cuidado, como argumenta Gilligan (1982), sob a perspectiva da Psicologia Analítica Junguiana, homens também poderiam aderir a essa mesma estrutura e, por conseguinte, ter um desempenho semelhante às mulheres, e vice-versa. Substitui-se, então, a interpretação da causa das diferenças de gênero no desenvolvimento moral que Gilligan faz com base na Psicanálise em 1982, em que o aparelho psíquico feminino difere do masculino no que tange ao senso de justiça, para a interpretação junguiana, em que tanto homens quanto mulheres poderiam fazer uso das estruturas morais do cuidado e da justiça, sem distinção de gênero, pela partilha múltipla e simultânea de arquétipos no inconsciente coletivo e do ego (consciente) não mais binário.

Não obstante, essa interpretação junguiana aqui erigida pode ainda ser amparada por parte das pesquisas desenvolvidas no campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, as quais têm inferido a mesma assertiva, seja do ponto de vista teórico, seja com base em dados empíricos.

Atravessando o contexto histórico da década de 1980 e 1990, em que as ideias de Gilligan tiveram repercussão mundial, de lá para cá algumas pesquisas (Derry, 1989; Sengupta et al., 1994; Kuhnen, 2015) começaram a demonstrar que tanto homens quanto mulheres podem raciocinar moralmente com base em estruturas de justiça e cuidado: da Ética da Justiça, defendida por Kohlberg (2017), e da Ética do Cuidado, defendida por Gilligan (1982), sem distinção ou predominância segundo o gênero.

No caso de estudos empíricos, pode-se citar Derry (1989), que em investigação com uma amostra de 20 homens e 20 mulheres, gerentes de uma empresa industrial nos Estados Unidos, buscou examinar os tipos de raciocínio moral usados por esses(as) gerentes em conflitos relacionados ao trabalho. No que tange aos resultados que encontrou, coletados por meio de entrevista, ressalta que:

Os dados aqui apresentados não apoiam a tese de Gilligan de que os dois modos de raciocínio moral, justiça e cuidado, estão relacionados ao gênero. Nesse cenário corporativo, essas diferenças não estavam em evidência. Enquanto Gilligan sugere que o processo de socialização de bebês e crianças resulta nessas diferentes orientações morais, parece que os diferentes modos de raciocínio podem ser aprendidos mais tarde em resposta a estímulos ambientais (Derry, 1989, p. 861, tradução nossa)¹⁸.

Em outros contextos culturais, como na Índia, Sengupta et al. (1994) procuraram averiguar as diferenças de gênero no desenvolvimento moral avaliando a orientação moral para a justiça, o cuidado e a responsabilidade. Em sua amostra, não se confirmou a hipótese aventada de que a orientação para o cuidado é mais preponderante na Índia do que em países ocidentais. Além disso, ambos os gêneros apresentaram orientações morais de ambas as naturezas – de justiça e cuidado –, porém com as mulheres apresentando predominância no cuidado e os homens numa combinação de justiça e cuidado.

¹⁸ "The data presented here do not support Gilligan's thesis (1982) that the two modes of moral reasoning, justice and care, are gender related. In this corporate setting those differences were not in evidence. While Gilligan suggests that the socialization process of infants and children results in these differing moral orientations, it appears that the different modes of reasoning are learnable later in life in response to environmental stimuli".

Já nos estudos teóricos, e em pesquisa mais recente, Kuhnen (2015) explora a existência da complementaridade entre a Ética do Cuidado e as noções de justiça, direitos e princípios (Ética da Justiça). A autora argumenta que se pode sustentar, baseado em Gilligan, que a busca pelo espaço para a denominada 'voz feminina' na sociedade não significa que uma ética do cuidado deva ser implementada em detrimento de uma ética de princípios e direitos (Kuhnen, 2015), defendendo a complementaridade que deve haver entre as estruturas de raciocínio para a formação moral das pessoas.

Ademais, o fato de as mulheres terem um desempenho maior na Ética do Cuidado, ou quase exclusivo ao cuidado, como postula inicialmente Gilligan (1982), a partir de sua amostra, pode ser explicado pela influência cultural dominante, que reitera a manutenção das identidades, como há pouco mencionado, em que mulheres são educadas para serem passivas, sentimentais, delicadas, a assumirem o gênero feminino conforme historicamente construído, e o mesmo quanto aos homens, para serem viris, agressivos e de sexualidade aflorada. Isso vai exatamente ao encontro do que Gilligan (2023) ressalta ao incluir a questão do patriarcado e o processo de dissociação de partes da voz humana a partir de seu trabalho com meninas.

Homens, portanto, teriam poucas oportunidades para desenvolver ou explorar tais características tidas como femininas, como inferido por esse grupo de pesquisas representado pelas investigações supracitadas, como Gilligan (2023) hoje infere (a voz humana é comum a homens e mulheres, mas bifurcada e hierarquizada em dois gêneros antagônicos), e como a teoria junguiana há de considerar na revisão aqui feita, argumentando também que, no caso dos homens, consequentemente são poucas oportunidades de herdarem arquétipos relativos à feminilidade. Por isso, mesmo que se encontre alguma relação de predominância entre os gêneros de aderência às estruturas de justiça e cuidado, essas pesquisas têm geralmente recorrido à variável da cultura para explicá-la.

Considerações finais

Debruçando-se na Ética do Cuidado de Gilligan, como aqui se procurou fazer, é evidente a interpretação essencialista possível de se fazer (e que foi feita por muitos) a partir do trabalho inicial da autora, quanto a identidades de gênero que, na verdade, são cultural e historicamente construídas, tal como denuncia o pensamento feminista contemporâneo acerca do tema. Entretanto, se for resgatada a sua tese, de que 'um problema na teoria', a assunção implícita da experiência masculina como regra, 'transformou-se em problema no desenvolvimento das mulheres', verifica-se sua inegável contribuição, então inédita, para as pesquisas em Psicologia na época. Gilligan (2023), contudo, viria a explicar em trabalhos subsequentes que a interpretação essencialista se tratava de uma interpretação equivocada de sua proposta original. Ela demonstrou isso ao incorporar o patriarcado em suas reflexões, evidenciando que a voz do cuidado, "[...] ainda que tenha sido ouvida como uma voz feminina, é, na verdade, uma voz humana" (Silva, 2025, p. 3).

Este artigo junta-se à literatura, nacional e internacional, que critica essa interpretação essencialista equivocada, o que aqui se fez celebrando e reconhecendo o mérito que seu trabalho teve para a produção de pesquisa do campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, para a própria Psicologia e estendendo-se a outras áreas do conhecimento.

Mais especificamente, critica-se a interpretação e, não obstante, seu embasamento inicial na Psicanálise da causa das diferenças de gêneros. Gilligan não se atentou às possíveis implicações de suas ideias sobre a constatação que teve e tomou uma atitude questionável ao se fundamentar na Psicanálise, assim como ela própria reconhece "[...] que, em parte, foi responsável pela confusão e mal-entendido surgidos em torno de suas ideias, quando uniu a palavra 'diferente' com a palavra 'mulher'" (Silva, 2025, p. 3, grifo nosso) no título de seu livro de 1982. Tanto sua interpretação quanto a corrente de pensamento que ela veio a representar – o Feminismo da Diferença –, foram criticados por feministas mais atuais, chamando atenção para o perigo que 'teorias essencialistas' podem trazer para a reiteração de iniquidades vivenciadas pelas mulheres, como o cuidado dos filhos como 'destino', pois possibilitam inferir que o cuidado é uma tarefa natural e exclusiva às mulheres.

Valendo-se das reflexões conscientes desses processos, observa-se evolução da sociedade, pelo menos a ocidental, ao modificar padrões de comportamento em um curto espaço de tempo.

Mulheres não só cuidam, como hoje ingressam no mercado de trabalho e, muitas vezes, não assumem o papel de cuidar de filhos. Da mesma forma, o desenvolvimento da função paterna dos homens está em construção, numa mudança de paradigma histórico e que desafia a interpretação que subsidia o Feminismo da Diferença. Não é por acaso que as autoras dessa corrente feminista ignoram o trabalho subsequente de Gilligan (2023), porque ele esclarece que sua interpretação essencialista do trabalho inicial da autora é, em consonância com essa mudança de paradigma, equivocada. Ademais, a Psicologia Analítica soma-se a isso ao demonstrar que não se pode limitar moralidade e conceitos apenas a contextos de gênero, mas sim ao processo de desenvolvimento histórico e consciente de nossa sociedade.

Assim como Gilligan revisou e expandiu seu aporte na Psicanálise, a Psicologia Analítica junguiana, sobretudo quando revisada (pós-junguiana), por sua vez, vai ao encontro do que se teoriza atualmente no campo dos estudos feministas e de gênero, sobre identidades múltiplas, não essencialistas, plurais, além de endossar um grupo de pesquisas que indicam que a Ética da Justiça e a Ética do Cuidado podem compor o patrimônio moral de homens e mulheres, sem distinção ou relação de predominância segundo o gênero. Aponta-se, agora, para um diagnóstico mais preciso sobre como a Psicologia Analítica poderia subsidiar pesquisas do campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, se isso seria possível e até que ponto, tendo em vista suas naturezas epistemológicas distintas.

Referências

- Aufranc, A. L. B. (2018). Expressões da sexualidade: um olhar junguiano. *Junguiana*, 36(1), 37-48. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/jung/v36n1/07.pdf>
- Brabo, T. S. A. M. (2015). Movimentos sociais e educação: feminismo e equidade de gênero. In N. M. Dal Ri & T. S. A. M. Brabo (Orgs.), *Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais* (pp. 109-128). Oficina Universitária.
- Butler, J. (2017). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Autêntica.
- Chodorow, N. (1991). *Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher*. Rosa dos Tempos. Obra original publicada em 1978.
- Derry, R. (1989). An empirical study of moral reasoning among managers. *Journal of Business Ethics*, 8(11), 855-862. <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00384528>
- Freud, S. (2016). A dissolução do complexo de Édipo (1924) (J. Salomão, trad.). In S. Freud. *O ego e o id e outros trabalhos* (Vol. 19, pp. 101-126). Companhia das Letras.
- Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta* (N. C. Caixeiro, trad.). Rosa dos Tempos.
- Gilligan, C. (2011). Looking back to look forward: revisiting in a different voice. *Classics@*, (9). http://nrs.harvard.edu/urn-3:hul.ebook:CHS_Classicsat
- Gilligan, C. (2023). *In a human voice*. Polity Press.
- Jung, C. G. (2016). *Psychology of the unconscious*. Martino Fine Books.
- Jung, C. G. (2017). *Development of personality* (2nd ed.). Princeton University Press.
- Kohlberg, L. (2017). Resolving moral conflicts within the just community. In C. G. Harding. *Moral dilemmas and ethical reasoning* (pp. 71-98). Routledge.
- Kuhnen, T. A. (2015). *O princípio universalizável do cuidado: superando limites de gênero na teoria moral* [Tese de Doutorado]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/132604>
- Lourenço, O. M. (2006). *Psicologia do desenvolvimento moral: teoria, dados e implicações* (3a ed.). Almedina.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes.

- McKenzie, S. (2006). Queering gender: anima/animus and the paradigm of emergence. *Journal of Analytical Psychology*, 51, 401-421. <https://doi.org/10.1111/j.0021-8774.2006.00599.x>
- Montenegro, T. (2003). Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. *Estudos Feministas*, 11(2), 493-508. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19133.pdf>
- Moraes, F. F. (2017). Entorno da anima e animus: algumas reflexões sobre machismo e atualidade. *CEPAES*. <https://cepaes.com.br/blog/texto-entorno-da-anima-e-animus-algumas-reflexoes-sobre-machismo-e-atualidade>
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Devires.
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança* (E. Lenardon, trad.). Summus.
- Ribeiro, A. S., & Pátaro, R. F. (2015). Reflexões sobre o sexismo a partir do cotidiano escolar. *Revista Educação e Linguagens*, 4(6), 156-175. <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/view/806>
- Sengupta, J., Saraswathi, T. S., & Konantambigi, R. (1994). *Gender differences in moral orientations: how different is the voice?* [Manuscrito não publicado]. University of Baroda.
- Silva, M. E. F. (2020). Carol Gilligan e a ética do cuidado na produção de pesquisa em psicologia do desenvolvimento moral de três programas de pós-graduação stricto sensu (2008-2019). *Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, 12(1), 166-204. <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2020.v12n1.p167-205>
- Silva, M. E. F. (2025). Ouvindo a voz diferente como uma voz humana: In a human voice, de Carol Gilligan. *Revista Estudos Feministas*, 33(3), e106616. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2025v33n3106616>
- Silva, M. E. F. (2021). Afinal, o que foi o debate Kohlberg-Gilligan? *Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, 13(1), 4-40. <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2021.v13n1.p4-40>
- Silva, M. E. F., & Brabo, T. S. A. M. (2016). A introdução dos papéis de gênero na infância: brinquedo de menina e/ou de menino?. *Revista Trama Interdisciplinar*, 7(3), 127-140. <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9856>
- Skoe, E. E. A. (2016). Measuring care-based moral development: the ethic of care interview. *Behavioral Development Bulletin*, 19(3), 95-104. <https://doi.org/10.1037/h0100594>
- Tronto, J. C. (2018). Care as a political concept. In N. J. Hirschmann (Ed.), *Revisioning the political: feminist reconstructions of traditional concepts in western political* (pp. 139-156). Francis.

Disponibilidade de dados: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está publicado no próprio artigo.

Recebido em: 14/09/2021

Aprovado em: 20/04/2022